

Sexualidade e Relação de Gênero

2

Denise Pereira
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2019

Denise Pereira
(Organizadora)

Sexualidade e Relações de Gênero 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

S518 Sexualidade e relações de gênero 2 [recurso eletrônico] /
Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Sexualidade e Relações de Gênero; v. 2)

Formato: PDF

Requisito de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-049-0

DOI 10.22533/at.ed.490191601

1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. I. Pereira, Denise.
II. Título. III. Série.

CDD 306.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

DOI O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Cada vez mais a academia está avançando em pesquisas sobre Sexualidade e Relação de Gênero. No século XXI, a sexualidade é compreendida como algo fluído, que muda ao longo de toda uma vida, é pessoal/individual, cada um com a sua, não há certo ou errado, havendo possibilidades e é paradoxal, ou seja, é sempre diferente da sexualidade dos outros, sendo o traço mais íntimo do ser humano, manifestando-se diferentemente em cada indivíduo, de acordo com as novas realidades e as experiências vividas culturalmente.

E a relação de gênero refere-se às afinidades sociais de poder entre homens e mulheres, em que cada um tem seu papel social que é determinado pelas diferenças sexuais. Que segundo Scott, devemos compreender que “gênero” torna-se, antes, uma maneira de indicar “construções culturais” - a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres.

O conceito de gênero que enfatizamos neste livro está ligado diretamente à história do movimento feminista contemporâneo, um movimento social organizado, usualmente remetido ao século XIX e que propõe a igualdade nas relações entre mulheres e homens através da mudança de valores, de atitudes e comportamentos humanos.

Neste livro são apresentadas várias abordagens sobre “Sexualidade e Relação de Gênero”, tais como: discussões de conceitos; modo de vida, violência, direitos, Lei Maria da Penha, homoparentalidade, emancipação feminina, transexuais, homossexuais, sexualidade infantil, sexualidade masculina, mulheres no cinema e no futebol, entre diversos outros assuntos.

Boa leitura
Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	8
SEXUALIDADES E GÊNEROS NA ESCOLA: DE QUAIS SENTIDOS SE APROPRIA A PRÁTICA PEDAGÓGICA?	
Denise da Silva Braga	
DOI 10.22533/at.ed.4901916011	
CAPÍTULO 2	18
TORPEDO: UM MODELO DE RESISTÊNCIA LÉSBICA NA ESCOLA	
Maria da Conceição Carvalho Dantas	
Denise Bastos de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.4901916012	
CAPÍTULO 3	27
PERCEPÇÕES DE GRADUANDAS DE ENFERMAGEM SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER SOFRIDA NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO	
Michelle Araújo Moreira	
Tháís Borges Gally	
DOI 10.22533/at.ed.4901916013	
CAPÍTULO 4	43
INCURSÕES E INTERDITOS SOBRE AS SEXUALIDADES, IDENTIDADES E AS QUESTÕES DE GÊNERO NO ÂMBITO DA FAMÍLIA E DA ESCOLA	
Karine Nascimento Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4901916014	
CAPÍTULO 5	58
HOMOPARENTALIDADE: O QUE A ESCOLA TEM DITO?	
André Luiz dos Santos Barbosa	
Rejane Cristina Lages Rocha.	
DOI 10.22533/at.ed.4901916015	
CAPÍTULO 6	73
CULTURA UNIVERSITÁRIA E FORMAÇÃO DOCENTE: SITUANDO AS TEMÁTICAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	
Luciano Rodrigues dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.4901916016	
CAPÍTULO 7	89
ASSESSORIA TERRITORIAL DE GÊNERO: ENCONTROS TERRITORIAIS E ESTADUAL DE MULHERES RURAIS DOS COLEGIADOS DE PERNAMBUCO	
Gáudia Maria Costa Leite Pereira	
Xenusa Pereira Nunes	
Victor Pereira de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.4901916017	
CAPÍTULO 8	99
A ESCOLA COMO EXPRESSÃO DA DIVERSIDADE: OBSERVANDO FRONTEIRAS ENTRE GÊNEROS, IDENTIDADES E ALTERIDADES.	
Pollyanna Rezende Campos	
Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti	

CAPÍTULO 9	107
A SOLIDÃO DOS/AS DOCENTES HOMOSSEXUAIS: NARRATIVA E REFLEXÃO SOBRE O/A PROFESSOR/A HOMOSSEXUAL	
Isabella Marques de Oliveira; Denise Maria Botelho; Agilcélia Carvalho dos Santos.	
DOI 10.22533/at.ed.4901916019	
CAPÍTULO 10	116
A SEXUALIDADE MASCULINA SOB A ÓTICA DAS ESCRITAS LATRINÁRIAS.	
José Edson da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.49019160110	
CAPÍTULO 11	125
CONSTRUÇÃO DO CORPO MASCULINO: RELAÇÕES COM AÇÕES DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS	
Daniele Machado Pereira Rocha Maria Thereza Ávila Dantas Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.49019160111	
CAPÍTULO 12	133
IDENTIDADE E IMAGENS DA MARCA RIO: UM ESTUDO SOBRE A INSERÇÃO DO “GAY FRIENDLY” NA IDENTIDADE DA MARCA RIO E SUA CONCRETIZAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS.	
Patrícia Cerqueira Reis	
DOI 10.22533/at.ed.49019160112	
CAPÍTULO 13	142
O MODO DE VIDA GAY COMO ESTETIZAÇÃO DA EXISTÊNCIA	
José Nilton Conserva de Arruda Marianne Sousa Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.49019160113	
CAPÍTULO 14	155
TRAJETÓRIAS DE GAYS NEGROS NA ESCOLA DA ZONA RURAL: PERSPECTIVAS INTERSECCIONAIS	
Marcos Andrade Alves dos Santos José Kasio Barbosa da Silva Renata Queiroz Maranhão Antônio Jefferson Teixeira Sousa Juliana Brito Cavalcante Assencio Daniele Gruska Benevides Prata	
DOI 10.22533/at.ed.49019160114	
CAPÍTULO 15	169
UM ESPELHO CONTRA ESPELHO: A DISPOSIÇÃO INATA DA NATURA	
Jobson Rios dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.49019160115	

CAPÍTULO 16	177
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MULHERES MASTECTOMIZADAS SOBRE SEXUALIDADE	
Michelle Araújo Moreira Ana Beatriz Santana de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.49019160116	
CAPÍTULO 17	189
PERCEPÇÃO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA PARA OS JOVENS: REVISÃO SISTEMÁTICA	
Paula Orchiucci Miura Estefane Firmino de Oliveira Lima Maria Marques Marinho Peronico Pedrosa Ellen Borges Tenorio Galdino Kedma Augusto Martiniano Santos	
DOI 10.22533/at.ed.49019160117	
CAPÍTULO 18	203
LIDERANÇAS FEMININAS RURAIS: CONHECIMENTO E ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS NO TERRITÓRIO DO AGRESTE MERIDIONAL DE PERNAMBUCO	
Gáudia Maria Costa Leite Pereira Xenusa Pereira Nunes Victor Pereira de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.49019160118	
CAPÍTULO 19	212
MULHERES CINEASTAS, FEMINISMO NEGRO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS: EXPERIÊNCIAS NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	
Lucas Leal	
DOI 10.22533/at.ed.49019160119	
CAPÍTULO 20	230
“VESTIDO NUEVO” – REFLETINDO SOBRE SEXUALIDADE E GÊNERO A PARTIR DE UM CURTA METRAGEM	
Silvia Rita Magalhães de Olinda Tereza Cristina Pereira Carvalho Fagundes	
DOI 10.22533/at.ed.49019160120	
CAPÍTULO 21	240
ESCANTEIO: MULHERES QUE TROCAM O ROSA CULTURAL PELO PRETO DA TRADIÇÃO - O CAMPO DA ARBITRAGEM EM FUTEBOL	
Ineildes Calheiro Eduardo David Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.49019160121	
CAPÍTULO 22	256
ESTRUTURA DA REPRESENTAÇÃO DA(S) TRANSEXUALIDADE(S) POR MULHERES (TRANSEXUAIS)	
Carle Porcino Jeane Freitas de Oliveira Maria Thereza Ávila Dantas Coelho Dejeane de Oliveira Silva Cleuma Sueli Santos Suto	
DOI 10.22533/at.ed.49019160122	

CAPÍTULO 23	266
UMA APRECIÇÃO DO COMPORTAMENTO DE CONSUMO METROSSEXUAL EM SETORES DA ECONOMIA CRIATIVA	
Daniel Kamlot	
DOI 10.22533/at.ed.49019160123	
CAPÍTULO 24	277
FAZER-SE RAINHA MIRIM NUMA FESTA DE CAMINHONEIROS: SOBRE (DES)PRATICAR NORMAS DE GÊNERO NUM CONCURSO DE BELEZA	
Marcos Ribeiro de Melo	
Michele de Freitas Faria de Vasconcelos	
DOI 10.22533/at.ed.49019160124	
CAPÍTULO 25	289
GÊNERO E SEXUALIDADES: INVESTIGANDO A CONCEPÇÃO DE PSICÓLOGAS(OS)	
Rayane Ribas Martuchi	
Ticiane Paiva de Vasconcelos	
DOI 10.22533/at.ed.49019160125	
CAPÍTULO 26	302
REFLEXÕES ACERCA DO ENSINO DE GÊNERO NA PSICOLOGIA: UM CAMINHO A SE PERCORRER NA GRADUAÇÃO?	
Lara Araújo Roseira Cannone	
Raissa Lé Vilasboas Alves	
DOI 10.22533/at.ed.49019160126	
SOBRE A ORGANIZADORA	310

CULTURA UNIVERSITÁRIA E FORMAÇÃO DOCENTE: SITUANDO AS TEMÁTICAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Luciano Rodrigues dos Santos

Secretaria de Estado da Educação do Estado de
Sergipe

RESUMO: O artigo teve como objetivo geral analisar as experiências de professores/as e alunos/as concluintes do curso de Licenciatura em Educação Física, da Universidade Federal de Sergipe, quanto à importância das discussões sobre as temáticas de gênero e sexualidade na e para a formação docente. A pesquisa permitiu a abordagem histórico-crítica e a metodologia recaiu sobre o Estudo de Caso, utilizando-se de diferentes fontes bibliográficas e documentais, além de entrevistas semiestruturadas com professores e alunos/as concluintes do curso de Licenciatura. Os resultados ressaltam que apesar dos professores de Licenciatura discutirem transversalmente e de modo aligeirado as temáticas de gênero e sexualidade em algumas aulas no curso, não são suficientes para que os/as acadêmicos/as possam lidar com segurança e profundidade que requerem tais questões em sala de aula na educação básica, pois são conhecimentos que alteram identidades e comportamentos humanos, além de culturas.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Sexualidade. Formação Docente. Educação Física. Cultura

Universitária.

ABSTRACT: The objective of this article was to analyze the experiences of professors and students of the undergraduate degree in Physical Education, Federal University of Sergipe, regarding the importance of the discussions on gender and sexuality issues in and for teacher education. The research allowed the historical-critical approach and the methodology fell on the Case Study, using different bibliographical and documentary sources, as well as semi-structured interviews with professors and students graduating from the Licentiate course. The results emphasize that although undergraduate teachers discuss gender and sexuality issues in a transversal way, they are not enough for academics to deal with the security and depth that requires such questions in the classroom Of class in basic education, since they are knowledge that alter human identities and behaviors, as well as cultures.

KEYWORDS: Gender. Sexuality. Teacher Training. Physical Education. University Culture.

A educação, imersa nas contradições e conflitos que perpassam o cenário político e cultural da sociedade contemporânea, necessita ser pensada e discutida a partir de olhares que

visem problematizar os espaços de construção dos discursos educacionais que vêm se tornando legítimos e ocupando relevância na sociedade. E pensar a educação a partir das relações de gênero e sexualidade humana, no contexto de uma sociedade globalizada, é atentar para os inúmeros espaços de produção do saber que passam a envolvê-las, adquirindo importância e ocupando um lugar legítimo de enunciação.

Contudo, o discurso vigente é de que os/as professores/as, em sua maioria, são os/as principais responsáveis pelo baixo desempenho da educação e pelas questões de gênero e sexualidade na escola. Sua formação vem sendo considerada inadequada e suas práticas acusadas de estarem defasadas para atender ao novo perfil de cidadão produtivo face à instabilidade social cada dia mais frequente. Os profissionais da educação são sujeitos inseridos em um contexto social que vem sofrendo grandes mudanças nas últimas décadas, através das quais as “verdades”, por tanto tempo defendidas, estão sendo severamente questionadas e postas a todo tipo de prova. As identidades de cada profissional, relacionadas ao seu sexo, gênero, etnia, condição social, formação, cultura e vivência acumulada interferem na sua forma de se ver e de ver o outro no mundo social. Neste sentido, o trabalho docente do/a professor/a, constitui uma importante instância de mediação para a formação de identidades. Fundamentam-se tais reflexões com base em autores/as que discutem a formação da identidade docente em interface com as novas demandas educacionais, como por exemplo,

[...] em seu trabalho, um professor se serve de sua cultura pessoal, que provém de sua história de vida e de sua cultura escolar anterior; ele também se apóia em certos conhecimentos disciplinares adquiridos na universidade, assim como em certos conhecimentos didáticos e pedagógicos oriundos de sua formação profissional; ele se apóia também naquilo que podemos chamar de conhecimentos curriculares veiculados pelos programas, guias e manuais escolares; ele se baseia em seu próprio saber ligado à experiência de trabalho, na experiência de certos professores e em tradições peculiares ao ofício de professor (TARDIF, 2000, p. 13).

Conforme Cruz (2005, p. 28), a construção da identidade de homens e mulheres docentes traz à tona a abordagem de gênero que “[...] é uma maneira contemporânea de organizar normas culturais passadas e futuras, um modo de a pessoa situar-se em e através destas normas, um estilo ativo de viver o corpo no mundo”. Entende-se por gênero o conjunto de normas, valores, conceitos e práticas através das quais as diferenças biológicas entre homens e mulheres são culturais e simbolicamente significadas. O conceito de gênero contribui para desconstruir representações naturalizadas, para questionar a construção das desigualdades entre sexos e a sexualidade, entendendo que as mulheres e os homens já são tratados de forma diferente a partir de seu nascimento, em função do sexo biológico e do meio cultural e social em que são gerados. A categoria de gênero surgiu como forma de distinguir as diferenças biológicas socioculturais construídas.

De acordo com Scott (1989, p. 07), o conceito de gênero,

[...] é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O

seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as ‘construções sociais’ – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. [...] O uso do ‘gênero’ coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade.

A sexualidade é uma das dimensões do ser humano que envolve gênero, identidade sexual, orientação sexual, erotismo, envolvimento emocional, afetivo e reprodução. É experimentada ou expressada em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, atividades, práticas, papéis e relacionamentos. Além do consenso de que os componentes socioculturais são críticos para a conceituação da sexualidade humana, existe uma clara tendência, em abordagens teóricas, de que a sexualidade se refere não somente às capacidades reprodutivas do ser humano como também ao prazer. Assim, é a própria vida. Envolve, além do corpo, nossa história, nossos costumes, nossas relações afetivas, nossa cultura.

Segundo Heilborn et al. (2003, p. 02), a sexualidade é “[...] uma das primeiras formas de classificação no mundo social diz respeito ao sexo das pessoas. A palavra sexo, contudo, pode ter vários sentidos superpostos: ela pode designar o formato físico dos corpos – macho ou fêmea da espécie –, mas também a atividade sexual”.

Silva (2007), procurando esclarecer melhor essas temáticas, vai expor que gênero não é “sinônimo” de sexualidade, mas as construções relativas às práticas sexuais estão inscritas nas relações de gênero que revelam símbolos que socialmente vão “conferindo forma” às diferenças que ilustram o feminino e o masculino em culturas diversas. Por sua vez, essas diferenças vão demarcar lugares, influenciar atitudes e práticas determinadas no exercício do prazer sexual definido como feminino e masculino, a partir de corpos que “funcionam” de forma diferente na sua interface com o campo biológico. Nesse contexto, surgem termos como passivo e ativo, romântico e “sexualizado”, demarcando-se territórios muito rígidos e identidades muito fechadas para homens e mulheres. A estas demarcações se opõem algumas correntes de estudos, contrárias aos enfoques binários (homem/mulher; homossexual/heterossexual), pois sustentam que as representações que constroem significados para o masculino e feminino, transitam, permanentemente, entre um e outro sujeito de sexos diferentes.

De fato, independentemente da intenção ou não da universidade, o processo de formação ocorre demarcado por conhecimentos, processos de socialização, formas de viver e pensar sobre a sexualidade e gênero, já que é o lugar, por excelência, dos jovens interagirem, além de ser um importante espaço mediador, integrante e integrador da sociedade. A este respeito, Louro (1997; 1998), observa que é indispensável admitir que a escola [e a universidade], como qualquer outra instância social, é, quer se queira ou não, um espaço sexualizado e generificado. Na instituição de ensino [superior]

estão presentes as concepções de gênero e sexualidade que, histórica e socialmente, constituem uma determinada sociedade. Essa instituição, por outro lado, é uma ativa constituidora de identidades de gênero e sexuais.

Neste sentido, discutir sobre as questões da sexualidade humana e de gênero na sociedade e na universidade em particular, significa promover uma educação democrática e inclusiva, sem preconceitos nem discriminações, principalmente em relação às mulheres e aos homossexuais.

Daí justifica-se a realização de estudos dessa natureza tendo em vista as exigências do contexto atual, caracterizado como de instabilidade social intensa, no qual as reformas educacionais têm sido o fator mais importante, na medida em que solicita uma verdadeira reestruturação no trabalho docente e, por conseguinte, afeta as identidades dos/as formandos/as e a dos/as profissionais da educação.

Dessa maneira, é válido salientar que esta pesquisa, resultante da tese de doutorado, não teve a pretensão de aprofundar as discussões em relação às categorias de gênero e sexualidade, mas sim confrontar por meio da cultura universitária, quais são os conhecimentos que possuem os/as professores/as e os/as alunos/as dos Cursos de Licenciatura a respeito dessas categorias a partir de um arcabouço teórico-metodológico e epistemológico já existente nessas áreas, no intuito de compreender e expor como os cursos de licenciatura das universidades estão absorvendo e assimilando estas discussões dentro de suas formações pedagógicas – profissionais – científicas.

Sendo assim, esta pesquisa teve como objetivo geral analisar as experiências de professores/as e alunos/as concluintes do curso de Licenciatura em Educação Física, vinculado ao Departamento de Educação Física (DEF), da Universidade Federal de Sergipe (UFS), quanto à abordagem das diferenças e à importância das discussões sobre as temáticas de gênero e sexualidade na e para a formação docente. Na operacionalização da pesquisa, permitiu a abordagem histórico-crítica e a metodologia recaiu sobre o Estudo de Caso e do enfoque qualitativo, utilizando-se de diferentes fontes bibliográficas e documentais, além de realização de entrevistas semiestruturadas.

Com a revisão bibliográfica realizada, constatou-se que existem várias discussões epistemológicas sobre a concepção de cultura e que, a partir delas, também surgiram outras discussões que são pertinentes e necessárias ao seu entendimento, como: os processos de representação, identidade, regulação, produção e consumo, que podem ser também atrelados às questões de gênero, sexualidade humana, cultura universitária e formação docente, pois vários/as pesquisadores/as consideram a cultura e seus processos constitutivos como categorias de análise relevantes para o novo milênio, compreendendo que elas não se esgotam em si, como no passado.

Nesse sentido, são válidos alguns destaques a este respeito, como para Geertz (1989), a cultura é a própria condição de vida de todos os seres humanos. É produto das ações humanas, mas é também processo contínuo pelo qual as pessoas dão

sentido às suas ações. Constitui-se em processo singular e privado, mas é também plural e público. É universal, porque todos os humanos a produzem, mas é também local, uma vez que é a dinâmica específica de vida que significa o que o ser humano faz. A cultura ocorre na mediação dos indivíduos entre si, manipulando padrões de significados que fazem sentido num contexto específico. Existem vários indícios de uma “revolução cultural” na qual os domínios do que se costumava designar como “cultura” expandiu-se e diversificou-se de uma forma jamais imaginada.

De acordo com Hall (1997a), a cultura no seu sentido epistemológico repousa nas mudanças de paradigmas que a “virada cultural” provocou no interior das disciplinas tradicionais, no peso explicativo que o conceito de cultura carrega, e no seu papel constitutivo ao invés de dependente, na análise social. Um aspecto disso é a expansão da “cultura” a um espectro mais amplo, mais abrangente de instituições e práticas. Por isso, fala-se em “cultura” do trabalho, “cultura” da masculinidade, “cultura” da desregulamentação, até mesmo de uma “cultura” do em forma, e ainda mais desconcertante de uma “cultura” da magreza.

Isto sugere que cada instituição ou atividade social gera e requer seu próprio universo distinto de significados e práticas, determinando sua própria cultura. Assim sendo, cada vez mais, o termo cultura está sendo aplicado às práticas e instituições, que manifestamente não são parte da “esfera cultural”, no sentido tradicional da palavra. De acordo com esse enfoque, todas as práticas sociais, na medida em que sejam relevantes para o significado ou requeiram significado para funcionarem, têm uma dimensão “cultural”.

O que aqui se argumenta, de fato, não é que “tudo é cultura”, mas que toda prática social depende e tem relação com o significado: conseqüentemente, que a cultura é uma das condições constitutivas de existência dessa prática, que toda prática social tem uma dimensão cultural. Não que não haja nada além do discurso, mas que toda prática social tem o seu caráter discursivo.

Para Hall (1997a), certamente, há práticas políticas que se referem ao controle e ao exercício do poder, da mesma forma que existem práticas econômicas, que se referem à produção e distribuição dos bens e da riqueza, e cada uma está sujeita às condições que organizam e regem a vida política e econômica das sociedades. Agora, o poder político tem efeitos materiais muito reais e palpáveis, contudo, seu verdadeiro funcionamento depende como as pessoas definem politicamente as situações.

Por exemplo, até recentemente, as relações familiares, de gênero e sexuais eram definidas como fora do domínio do poder: isto é, como esferas da vida nas quais a palavra “política” não tinha qualquer relevância ou significado. Teria sido impossível conceber uma “política sexual” sem que houvesse alguma mudança na definição do que consiste o âmbito “político”. Da mesma maneira, desde que o feminismo redefiniu “o político”, como por exemplo, o pessoal é político, é que passou a reconhecer que há uma “política da família”, e isto é uma questão de significado, no qual o político tem a sua dimensão cultural.

Atualmente, para os/as autores/as analisados/as, o entendimento de cultura extrapola o antigo discurso de que as práticas sociais são estáveis, fixas, dentro das sociedades, pois ela representa categoria de análise que se apresenta completamente indefinida, incompleta, principalmente quando se observa que cada local/ambiente de convivência entre os seres humanos, os sujeitos que ali estão inseridos, possui características identitárias peculiares e comuns a eles, que os diferenciam dos demais sujeitos que estão em seu entorno.

Nesse aspecto, Hall (2006) afirma que a globalização desloca os conceitos de tempo e de espaço, que são fundamentais para as identidades, criando geografias imaginárias e permitindo amplos fluxos culturais entre as nações. Ao mesmo tempo, há um renovado interesse pelo local, na qualidade de nova articulação com o global. A mistura étnica que a globalização permite e provoca gera uma pluralização cultural cujos efeitos podem ser: a contestação da identidade estabelecida tradicionalmente; o alargamento do campo das identidades, muitas vezes com o recuo de algumas identidades que se tornam mais defensivas (ver a Europa contemporânea, em especial França e Áustria); e a produção de novas identidades.

Para Hohlfeldt (2000), a globalização, assim, contesta e desloca as identidades fechadas e centradas em si mesmas, sobretudo a partir do que ele denomina identidades em transição. Haveria, assim, a se identificarem as identidades de tradição, e as identidades de tradução, desenvolvidas por aqueles que se dispersam da terra natal e têm a nítida consciência de que não há mais como regressar a ela. Embora detendo fortes vínculos com a terra pátria, não têm qualquer ilusão de retorno ao passado. Negociam, assim, com as culturas em que são recebidos, constituindo as chamadas culturas híbridas.

A resistência a esse movimento ou tendência é o revival que se pode traduzir na valorização da etnia ou na religião (o fundamentalismo islâmico, por exemplo), mas que significa o isolamento. Ainda para Hall (2006), a mudança estrutural está transformando as sociedades modernas desde o final do século XX, e está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Essas transformações estão também mudando as identidades pessoais, abalando a ideia que se tem de nós próprios como sujeitos integrados. A perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento ou descentração dos indivíduos, tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos, constituiu-se numa “crise de identidade” para o indivíduo.

De acordo com Dornelles (2010), a cultura é construída por estruturas de significado socialmente estabelecidas, que se produzem e reproduzem através de sistemas simbólicos que são sistemas de representação, dentre os quais está à publicidade. Ela se apropria de elementos culturais fazendo com que o público se identifique com o objeto publicitário, assim, pode-se concebê-la como um sistema simbólico onde se veem representadas determinadas identidades, o público alvo.

Para Silva (2009), é aqui que a representação se liga à identidade e à diferença. A identidade e a diferença são estreitamente dependentes da representação. É por meio da representação, assim compreendida, que a identidade e a diferença adquirem sentido. É por meio da representação que, por assim dizer, a identidade e a diferença passam a existir. Representar significa, neste caso, dizer: “essa é a identidade”, “identidade é isso”.

É também por meio da representação que a identidade e a diferença se ligam a sistemas de poder. Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade. É por isso que a representação ocupa um lugar tão central na teorização contemporânea sobre identidade e nos movimentos sociais ligados à identidade. Questionar a identidade e a diferença significa, nesse contexto, questionar os sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação. No centro da crítica da identidade e da diferença está uma crítica das suas formas de representação.

Daí a relevância das discussões sobre as categorias de análise cultura e seus processos constitutivos na sociedade, principalmente o de identidade, pois ajudam a compreender que os sujeitos pertencentes a um determinado lugar/ambiente, não necessariamente seguem as mesmas normas, leis e valores morais “impostos” para eles/elas como um todo, demonstrando que apesar de os sujeitos conviverem num único local, ainda assim, conseguem se diferenciar uns dos outros. Por isso é importante o debate no sentido de apreender como a cultura universitária vem contribuindo para a produção de identidades de docentes e discentes e seus reflexos na identidade de gênero e sexualidade.

Vale ainda ressaltar que, para Silva (2009) a teorização cultural contemporânea sobre identidade e diferença, não pode abordar o multiculturalismo em educação simplesmente como uma questão de tolerância e respeito para com a diversidade cultural. Por mais edificantes e desejáveis que pudessem parecer, esses nobres sentimentos impedem que se veja a identidade e a diferença como processos de produção social, como processos que envolvem relações de poder. Ver a identidade e a diferença como uma questão de produção significa tratar as relações entre as diferentes culturas não como uma questão de consenso, de diálogo ou comunicação, mas como uma questão que envolve, fundamentalmente, relações de poder. A identidade e a diferença não são entidades preexistentes, que estão aí desde sempre ou que passaram a estar a aí a partir de algum momento fundador, elas não são elementos passivos da cultura, mas têm que ser constantemente criadas e recriadas. A identidade e a diferença têm a ver com a atribuição de sentido ao mundo social e com disputa e luta em torno dessa atribuição.

Com isso, o termo cultura empregado nesta pesquisa entende que a sociedade está em constante mudança e/ou transformação, gerada principalmente pelos processos de regulação e consumo, no qual os sujeitos, a partir do processo de representação, promovem tensão/conflito mediante seus referenciais identitários, o que, por outro lado, torna-se também benéfico, pois impulsiona e aguça a humanidade

na produção de outras identidades e valores sociais e morais.

Aproveitando as reflexões destacadas, principalmente as de Geertz (1989), Hall (1997a, 1997b, 2006), Hohlfeldt (2000), Silva (2009), entre outras, a respeito da concepção de Cultura e seus processos de identidade, representação, produção, regulação e consumo, pode-se afirmar que toda e qualquer instituição de ensino possui em seu bojo, uma “cultura escolar” ou uma “cultura científica” ou uma “cultura acadêmica” ou uma cultura universitária, devido às suas particularidades.

E de acordo com os referenciais teórico-metodológicos analisados, a expressão cultura universitária elaborada e adotada nesta pesquisa pelo pesquisador, exigiu atenção especial e diferenciada das outras categorias, devido às suas particularidades, pois, além de ter o objetivo de formar pedagógica e socialmente seus/uas estudantes, possui outra finalidade e considerada a mais importante, que é de iniciá-los/as numa formação profissional – científica para atuarem na sociedade.

Neste aspecto, a cultura universitária é concebida como um conjunto de atividades e ações de cunho pedagógico – científicas desenvolvidas prioritariamente por professores/as e alunos/as, tendo como base, nessa relação, os processos de representação, regulação, produção social, identidade e consumo, que interagem entre si simultaneamente por meio discursivo e práticas sociais e culturais, e que tem como eixos norteadores o ensino, a pesquisa e a extensão; dessa forma promove a formação profissional – científica no âmbito da universidade.

Em outras palavras, a cultura universitária é considerada como um conjunto de símbolos e significados com conhecimentos institucionalizados (objetivos) e subjetivos que possuem normas, conceitos e valores sociais e culturais visíveis e ocultos, com isso se (re)produzem socialmente identidades e diferenças, principalmente na relação entre professores/as e alunos/as, mediante seus discursos, práticas, condutas e interações sociais e culturais, as quais são absorvidas individual e coletivamente pelos indivíduos universitários no decorrer da formação profissional – científica e, conseqüentemente, pelo Estado e sociedade civil organizada, caracterizando-se, dessa forma, num circuito da cultura universitária.

E para o entendimento de cultura universitária, pôde-se constatar que a ideia de “circuito da cultura”, desenvolvido por Du Gay et al. (1997), tornou-se bastante interessante e fundamental para atingir os objetivos propostos nesta pesquisa, porém, com algumas alterações, é claro, pois a questão central da pesquisa deles/as foi analisar como os artefatos culturais produzidos e difundidos interagem com os indivíduos numa dada sociedade.

Mas, para que o “circuito da cultura” fosse utilizado como elemento constitutivo da cultura universitária, precisou ser reelaborado como demonstra a figura a seguir.



Figura – Circuito da Cultura Universitária

Fonte: Reelaborado pelo pesquisador a partir da Figura “o circuito da cultura”,

de Paul Du Gay et al (1997)

Na figura reelaborada pelo pesquisador, intitulada “Circuito da Cultura Universitária”, houve algumas alterações em relação a que foi traçada por Du Gay et al (1997), pois essa procurou ressaltar que a categoria cultura pode ser analisada de maneira macro e/ou micro na sociedade, como por exemplo, no caso da cultura universitária é possível analisar de forma macro uma universidade e/ou micro um determinado curso dessa mesma universidade, a partir de seus processos constitutivos, além disso, acrescentou o termo “social” ao processo de produção, porque enfatiza especificamente, como processo de produção, as relações humanas, daí sua denominação e alteração para “produção social”.

A partir da “dinâmica” de circuito, a cultura universitária vai requerer e estabelecer como processos necessários e imprescindíveis para sua constituição como tal, dos processos de “representação, identidade, produção social, consumo e regulação” para melhor compreender em sua totalidade, as práticas sociais que estão sendo desenvolvidas no âmbito da instituição de ensino superior.

Então, para que a formação pedagógica – profissional – científica dos sujeitos (professores/as, estudantes e demais funcionários/as) pertencentes à cultura universitária ocorra satisfatoriamente, faz-se mister analisar constantemente os processos de representação, produção social, identidade, consumo e regulação, como um conjunto dinâmico, circular e estreito entre eles, evitando observá-los de maneira isolada e acabar perdendo a perspectiva de totalidade na formação dos indivíduos.

Todo conhecimento (re)produzido e transmitido dentro da cultura universitária vai afetar as relações interpessoais dos sujeitos (professores/as, estudantes e demais funcionários/as) envolvidos/as nesse processo (representação, produção social, identidade, regulação e consumo) de formação pedagógica – profissional – científica, que, supostamente vai influenciar nas suas vidas pessoais, nas suas identidades

personais, tornando-se assim, num ambiente conflituoso e instável no jogo de poder e interesses, além de estar em constante mudança e/ou transformação paradigmática para atender os anseios da sociedade.

E, procurando apresentar como o *circuito da cultura universitária*, pode ser empregado na instituição de ensino superior, sendo agora intitulado a partir da ideia de cultura universitária, para fins elucidativos, como sendo da seguinte maneira: o processo de “representação” se refere, principalmente, ao Catálogo de oferta dos cursos de graduação apresentado pela instituição de ensino superior; que é carregado de simbolismos/significados os quais motivarão o surgimento de outras “identidades” nos/as estudantes matriculados/as nos cursos da instituição.

Já os/as professores/as dos cursos da instituição serão os/as principais responsáveis pela “produção social” do conhecimento e das identidades; embora, possua o currículo (grade curricular) como sendo seu principal “regulador” nos cursos da instituição, e como seus principais “consumidores”, o Estado e a sociedade civil organizada, daí a ideia de circuito ou de “roda viva”, pois a instituição de ensino superior produz profissionais/identidades que atuarão fora dela, a qual terá um *feedback* por meio de pesquisas realizadas na sociedade, contudo, os cursos de licenciatura das universidades, em particular, podem ter esse mesmo feedback de duas maneiras, sendo um por meio de pesquisas e o outro pelo ingresso de “novos/as” estudantes nas licenciaturas, que resulta num *ciclo cultural acadêmico*, mediante a formação docente escolhida.

A ideia de “circuito” empregado na cultura universitária serve para que se reflita sobre os processos pedagógicos – profissionais – científicos que estão sendo desenvolvidos dentro da instituição de ensino superior, principalmente, quando se colocam em questão a cultura e seus processos como pautas de discussão para o novo milênio.

A partir da cultura universitária e seus processos aqui constitutivos, pôde-se constatar após análises e os resultados dos depoimentos dos professores e alunos/as concluintes matriculados/as no Curso de Licenciatura do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe, que o processo de *representação* do Curso de Licenciatura em Educação Física da UFS existe conflito e contradição entre o anúncio (texto) que está no papel e o que realmente está ocorrendo no curso de Licenciatura, corroborando de acordo com Hall (1997b) no que concerne em ser uma representação “intencional” e “não aloja a presença do real”, respectivamente, gerando assim, transtornos principalmente para os/as alunos/as quanto a sua representação social, porque se o processo de representação é que produz socialmente identidades e diferenças, dessa maneira questiona-se que identidades e diferenças estão sendo forjadas em relação ao respeito às diferenças e às questões de gênero e sexualidade na e para formação docente no curso?

O processo de *regulação* (currículo) como elemento constitutivo da cultura universitária, especialmente, a “grade curricular”, no contexto educacional do ensino

superior, é a principal responsável pela mediação e aliada do/a professor/a na produção social de identidades e diferenças, de conhecimento profissional e no consumo pela sociedade. Sendo assim, que identidades e diferenças estão sendo forjadas em relação ao respeito às diferenças e às questões de gênero e sexualidade na e para a formação docente que possui um processo de representação conflituoso e contraditório?

Nesse aspecto, nota-se, nos depoimentos dos professores, que as temáticas de gênero e sexualidade podem ou não estar sendo discutidas transversalmente no curso de Licenciatura em Educação Física da UFS, além disso, desconhecem a inserção da temática sexualidade na ementa da Disciplina Filosofia, Educação e Corpo, o que provoca estranheza e preocupação, pois esse desconhecimento remete aos conflitos e tensões existentes entre os/as professores/as do curso, como foi constatado no processo de representação, que deve ter afetado diretamente a elaboração de seu Projeto Pedagógico e, conseqüentemente, a grade curricular, demonstrando que não houve uma discussão entre os/as docentes acerca dessa temática no curso, e que, provavelmente, foi inserida na ementa da disciplina sem nenhuma discussão, tendo em vista o desconhecimento total dos professores entrevistados. É como se a temática sexualidade tivesse surgido na ementa da disciplina, num “passe de mágica” ou cada professor escolhe a sua disciplina e ementa, e depois insere na grade curricular sem uma discussão prévia, demonstrando claramente, negligência e falta de coesão entre o corpo docente do curso quanto à formação pedagógica – profissional – científica.

No entanto, entre os/as alunos/as concluintes entrevistados/as, seus depoimentos apresentam a existência de discussões em algumas disciplinas no curso, mas sem aprofundamento teórico a respeito das temáticas de gênero e sexualidade, sendo consideradas discussões superficiais e que não foram suficientes para sua formação pedagógica – profissional – científica.

Dessa maneira, questiona-se que identidades e diferenças estão sendo forjadas em relação ao respeito às diferenças e às questões de gênero e sexualidade na e para a formação docente mediante essa situação? Com isso, procurou-se compreender o processo de *produção social* da cultura universitária, em interação com os processos de representação e regulação do curso, sem perder de vista o objetivo da pesquisa.

O processo de produção social, como se pode constatar, interage diretamente com os processos de representação e de regulação, por meio da socialização (educação), porém, é válido destacar aqui, que o processo de regulação (“grade curricular”) é o seu principal aliado e mediador de poder na produção social de identidades e diferenças, como também, na produção de conhecimento profissional, pois essas duas produções ocorrem simultaneamente dentro da cultura universitária. Nesse aspecto, o/a “professor/a” do curso de Licenciatura em Educação Física torna-se o/a principal responsável por essa produção social e profissional no ensino superior, pois é o próprio processo de representação materializado e “vivo” perante o curso, que propaga seu discurso, imbuído de simbologias, significados e de poder (invisível ou oculto), e, conseqüentemente, produz a identidade e diferença que acredita ser a

melhor absorvida (consumida) pelo/a aluno/a e pela sociedade, durante sua formação pedagógica – profissional – científica.

Nesse aspecto, no processo de produção social, de acordo com os depoimentos dos professores e dos/as alunos/as concluintes entrevistados/as, constata-se a ausência do debate sobre as temáticas de gênero e sexualidade em todas as edições de realização da Semana de Educação Física, que já se encontra em sua 10ª edição, organizadas pelos/as docentes do DEF/UFS, o que corrobora também com uma das facetas do currículo “invisível ou oculto”, presente no processo de regulação. E prosseguindo no processo de produção social da cultura universitária, buscou-se também conhecer por meio da produção acadêmica (monográfica), quais são os enfoques mais relevantes e defendidos pelos/as egressos/as do curso de Licenciatura Plena e de Licenciatura em Educação Física da UFS, tendo em vista ter a coparticipação dos/as professores/as na produção desse conhecimento. Dessa maneira, de um total de 449 monografias de conclusão de curso analisadas, apenas sete monografias foram defendidas pelos/as egressos/as nas temáticas de gênero e sexualidade, e que ainda se subdividem em cinco que abordaram as temáticas no contexto sociopolítico e cultural e duas que abordaram as temáticas no contexto biofisiológico e sexual.

E na busca de compreender como os processos de representação, regulação e produção social interagem com o processo de *identidade* na cultura universitária, procurou-se analisar como os professores e os/as alunos/as concluintes entrevistados/as percebem a questão referente ao respeito às diferenças e as discussões sobre as temáticas de gênero e sexualidade no e para o curso de Licenciatura em Educação Física da UFS.

Para Woodward (2009), a complexidade da vida moderna exige que sejam assumidas diferentes identidades, mas essas diferentes identidades podem estar em conflito. É possível viver, na vida pessoal, tensões entre as diferentes identidades quando aquilo que é exigido por uma identidade interfere com as exigências de outra.

Nesse sentido, quando indagados, os professores e os/as alunos/as concluintes entrevistados/as, sobre seu entendimento em relação às temáticas de gênero e sexualidade, constatou-se que suas respostas apresentam dificuldades em defini-las, bem como são evasivas, além de os professores declararem que não são temas de seus interesses.

E, na busca de compreender ainda mais semelhanças de identidades e diferenças entre os professores e os/as alunos/as concluintes entrevistados/as, eles/as foram indagados/as sobre a importância de discutir as temáticas de gênero e sexualidade no curso de Licenciatura em Educação Física da UFS; e constatou-se que suas respostas são unânimes em afirmar que a discussão é necessária e imprescindível. Ademais, corroboram que as discussões das temáticas de gênero e sexualidade sejam realizadas de maneira aprofundada no curso de Licenciatura em Educação Física da UFS, pois entendem que, assim, podem contribuir para a desmistificação de preconceitos e tabus relacionados aos temas.

Por outro lado, é constatado que nada ou quase nada é feito no curso em relação às discussões de tais temáticas, como se pode notar nos processos de representação, regulação e produção social da cultura universitária na Licenciatura em Educação Física da UFS, ou seja, os professores são contraditórios quanto aos seus discursos e suas práticas sociais no decorrer da formação pedagógica – profissional – científica, o que leva a crer que entendem a necessidade desse debate no curso, mas não conseguem realizá-lo em seus discursos e práticas acadêmicos sociais, empreendendo, assim, num conflito interno de suas identidades e diferenças de gênero e sexuais, pois, como docentes, sabem que precisam atender essa demanda social, mas como cidadãos comuns (senso comum) acreditam que esses debates precisam manter-se silenciados ou ocultados, resultando, conseqüentemente, numa invisibilidade das temáticas de gênero e sexualidade no curso de Licenciatura em Educação Física da UFS.

Além disso, mediante os depoimentos dos professores e dos/as alunos/as entrevistados/as, constata-se que concordam com a importância de os/as licenciados/as terem o conhecimento das temáticas de gênero e sexualidade para atuarem na educação básica, e, percebe-se que suas identidades e diferenças de gênero e sexuais também se assemelham em relação a essa situação.

Em suma, o processo de identidade da cultura universitária no curso de Licenciatura em Educação Física da UFS, no que diz respeito à produção social de “novas identidades e diferenças” em relação às demandas sociais de gênero e sexualidade permanecem inalteradas, devido ao corpo docente do curso ainda encontrar-se inerte e silencioso, apesar de compreenderem a importância do debate tanto para os/as acadêmicos/as quanto para os/as egressos/as que estejam atuando na educação básica. O fato de os/as professores/as discutirem transversalmente as temáticas de gênero e sexualidade em algumas aulas durante o curso, não é suficiente para tornar os/as acadêmicos/as competentes e habilidosos para que possam lidar com segurança e profundidade que requerem tais questões (categorias) em sala de aula, pois são conhecimentos que alteram identidades, mentalidades e comportamentos humanos, além de culturas.

Nesse aspecto, dando prosseguimento e finalizando o circuito da cultura universitária no curso de Licenciatura em Educação Física da UFS, foi necessário também analisar o processo de *consumo* pedagógico – profissional – científico no curso, no intuito de identificar se os/as egressos/as conseguem atender ou não as demandas sociais de gênero e sexualidade pleiteadas pela sociedade.

Nesse sentido, para fechar o circuito, pôde-se constatar mediante os depoimentos dos professores e dos/as alunos/as concluintes entrevistados/as, que o processo de consumo interage com os demais processos da cultura universitária, resultando na formação pedagógica – profissional – científica dos/as licenciados/as com pouquíssimo ou nenhum conhecimento nas temáticas de gênero e sexualidade no curso de Licenciatura em Educação Física da UFS, ou seja, o Estado e a sociedade civil organizada ainda vão continuar recebendo docentes em Educação Física sem condições de atender suas demandas sociais pleiteadas nessas áreas do conhecimento

para atuar na educação básica.

Historicamente, sabe-se que a formação acadêmica (inicial) não tem respeitado a diversidade humana, tampouco contemplada a discussão das temáticas de gênero e sexualidade. Com isso, essa pesquisa possibilita o vislumbamento de como vem ocorrendo seu debate no âmbito da formação inicial dentro da universidade, no intuito de torná-las imprescindíveis e legítimas, enfatizando-as principalmente, como dimensões fundamentais e estruturantes das relações humanas no trabalho docente no ensino superior.

Sendo assim, de acordo com os processos de representação, regulação, produção social, identidade e consumo da cultura universitária, pode-se constatar uma discussão superficial das temáticas de gênero e sexualidade durante a formação inicial no curso de Licenciatura em Educação Física da UFS, contudo, quando os professores e alunos/as concluintes entrevistados/as foram indagados/as sobre o porquê da ausência dessa discussão na formação inicial no curso, haja vista professores/as que atuam na educação básica afirmarem que não obtiveram tais conhecimentos no ensino superior, as suas respostas se mostraram diversificadas.

Como também, os professores entrevistados as consideram um desafio no curso, pois ainda não sabem como devem ser inseridas no currículo (grade curricular), se transversalmente em todas as disciplinas ou criar disciplinas obrigatórias com tais temáticas.

Portanto, é possível afirmar que os processos representação, regulação, produção social, identidade e consumo da cultura universitária, apesar de possuírem contradições semelhantes entre o que está descrito em seus documentos e o que está sendo efetivado na prática social do curso, realmente estão em completo imbricamento, principalmente, quando se analisam as questões referentes ao respeito às diferenças e às discussões sobre as temáticas gênero e sexualidade no curso de Licenciatura em Educação Física da UFS, pois se constata que são poucas estimuladas e valorizadas pelos/as professores/as do curso, mesmo com a temática sexualidade sendo abordada numa disciplina obrigatória e a temática de gênero abordada como tema transversal, porém, percebe-se que são discussões superficiais, sem nenhum aprofundamento teórico-metodológico, que podem originar distorções teóricas e/ou estar sendo limitadas aos aspectos biofisiológicos e sexuais, conforme relatada pelos/as alunos/as concluintes entrevistados/as, reforçando e reproduzindo a educação sexual de cunho sexista, moralista e segregacionista, presente na sociedade brasileira. Dessa forma, pode-se afirmar que as identidades de gênero e sexuais, bem como o respeito às diferenças dos/as acadêmicos/as que estão sendo produzidas pelos/as professores/as no curso de Licenciatura em Educação Física da UFS, permanecem estéreis, conseqüentemente, predominando a “heteronormatividade” em detrimento das demais identidades de gênero e sexuais.

Nesse sentido, no intuito de colaborar e procurar redimensionar tal situação no curso de Licenciatura em Educação Física, faz-se necessário obter o apoio dos grupos

de pesquisas de Gênero e Sexualidade criados e instituídos principalmente na UFS, para iniciar e estimular os debates dessas temáticas dentro do curso de Educação Física da UFS, mostrando a sua importância e relevância tanto para a formação pedagógica – profissional – científica quanto para o contexto sociopolítico e cultural da sociedade brasileira, especialmente nesse caso, para o âmbito educacional. Ademais, emerge também a importância de situar as temáticas de gênero e sexualidade na agenda das políticas públicas de educação, particularmente na formação permanente dos/as professores/as dos Cursos de Licenciatura, uma vez que estão presentes cotidianamente em todos os níveis da educação.

REFERÊNCIAS

CRUZ, M. H. S.. *Trabalho, gênero, cidadania: tradição e modernidade*. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.

DORNELLES, L. A.. A representação nos estudos culturais: artefatos culturais comunicadores de significados. *Webartigos*. 26 de agosto de 2010. [online] Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-representacao-nos-estudos-culturais-artefatos-culturais-comunicadores-de-significados/45698/#ixzz2U3LnmPOq>>. Acesso em: 22 maio 2013.

DU GAY, P.; HALL, S.; JANES, L.; MACKAY, H.; NEGUS, K.. (orgs.). *Doing cultural studies: the story of the Sony Walkman*. Londres: Sage/The Open University, 1997.

GEERTZ, C.. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

HALL, S.. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, vol. 22, n. 02, jul./dez., 1997a. cap. 05.

HALL, S.. *Representation: cultural representations and signifying practices*. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage, 1997b.

HALL, S.. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed., Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HEILBORN, M. L.; AQUINO, E.; KNAUTH, D.; BOZON, M.; ALMEIDA, M. C.; ARAÚJO, J.; MENEZES, G.. Adolescência e reprodução no Brasil: a heterogeneidade dos perfis sociais. *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 19, suplemento 02, 2003.

HOHLFELDT, A.. Estudos culturais, pós-modernidade e teoria crítica. *Revista FAMECOS*. Porto Alegre. n. 13, dez., 2000. [online] Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/3093/2369>>. Acesso em: 03 jul. 2012.

LOURO, G. L.. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda., 1997.

LOURO, G. L.. Sexualidade: lições da escola. In: MEYER, D. E. E. (org.). *Saúde e sexualidade na escola*. Porto Alegre: Mediação, 1998. (Cadernos Educação Básica; 4). p. 85-95.

SCOTT, J. W.. *Gender: a useful category of historical analyses*. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.

SILVA, D. P. M. da. Gênero e sexualidade nos PCNs: uma proposta desconhecida. REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 30. Caxambu, 07 a 10 de outubro de 2007. *Memórias...* Caxambu, 2007. [online]

Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT23-2871--Int.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2009.

SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomas Tadeu da. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 73-102.

TARDIF, M.. *Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério*. [online] Disponível em: <http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE13/RBDE13_05_MAUURICE_TARDIF.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2014.

WOODWARD, K.. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomas Tadeu da. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 9. ed. Petrópolis (RJ): Vozes. 2009. p. 07-72.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-049-0



9 788572 470490